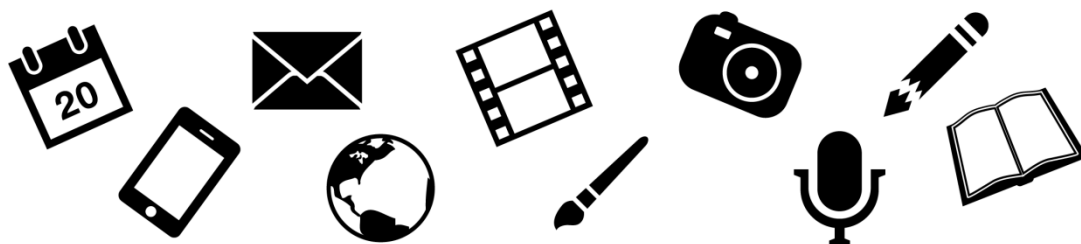




**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

## UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



*Agcom*  
Agência de  
Comunicação  
da UFSC

**24 de abril de 2014**

Desordem artística / Arte / Exposição / Mise en abyme / Ilca Barcellos / Edital Fernando Beck / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina



4 PLURAL – NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2014

# Desordem artística

**Arte. Exposição “Mise en abyme”, de Ilca Barcellos, abre hoje na Fundação Cultural Badesc**

JULIETE LUNKES  
juliete.lunkes@noticiasdodia.com.br

A assimetria dos objetos elaborados por Ilca Barcellos na exposição “Mise en abyme” inaugura hoje a primeira mostra do ano do edital Fernando Beck 2014, na Fundação Cultural Badesc, em Florianópolis. Elaborados com cerâmica – material onipresente na obra da artista – tecido e poliéster, o novo trabalho de Ilca apresenta inúmeras possibilidades de composição.

Após participar de um curso com o artista Fernando Lindote, que também assina o texto de apresentação da mostra, Ilca mergulhou na arte contemporânea e propõe agora uma relação simbiótica enfatizada pela interação imprevisível entre os materiais utilizados e suas formas. As peças de cerâmica branca foram modeladas à mão e possuem vários pontos de contato, denominados de garras.

“Eu sempre tive vontade de fazer algo maior, porque a cerâmica acaba se tornando limitada, então veio essa ideia de explorar e misturar novos materiais, como o poliéster”, conta a artista.

Nos seis meses em que trabalhou com Lindote, Ilca desenvolveu objetos

assimétricos que interagem entre si através dos pontos de contato. Bióloga por formação, ela lecionou a matéria até 2005 na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e costumava levar elementos da biologia para sua arte. Dessa vez, porém, as referências acabaram ficando de lado. “A obra foi crescendo e fui perdendo o controle sobre ela. As minhas primeiras obras estavam mais ligadas à biologia do que essa”, observa.

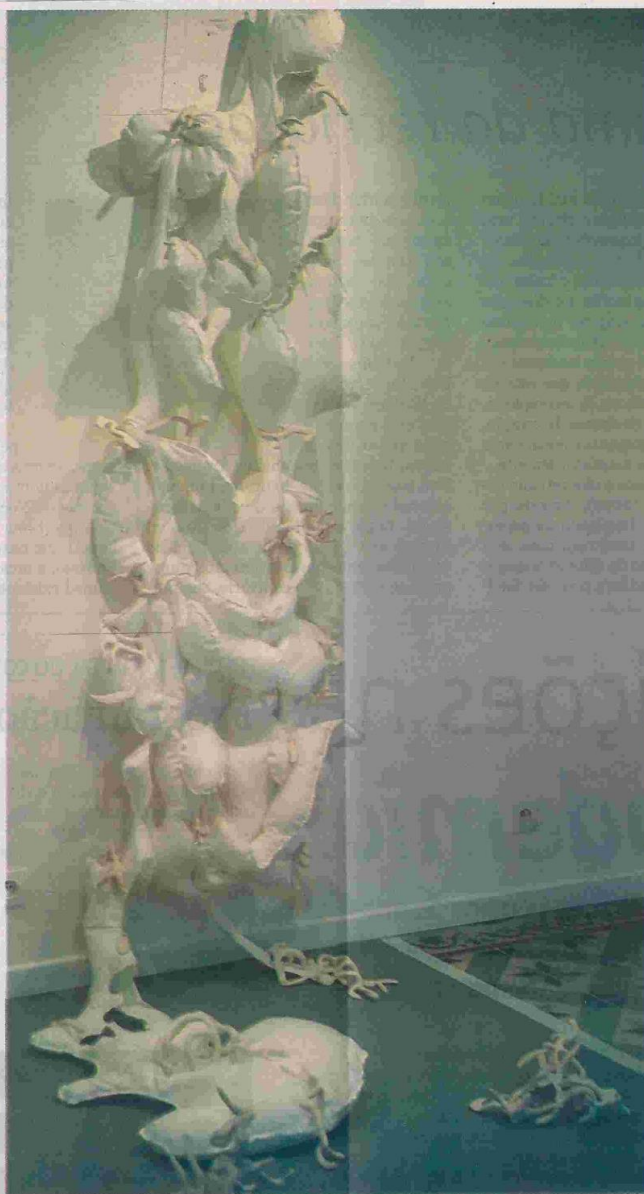
A partir das garras e dos volumes criados com tecido, também branco, a artista expõe suas formas híbridas que se procriam, livres de suporte. Invadindo o espaço expositivo, a composição estabelece a tensão da desordem. O termo francês “Mise en abyme”, que intitula a exposição, costuma ser traduzido como “narrativa em abismo”. Ele foi usado pela primeira vez pelo escritor André Gide ao falar sobre as narrativas que contêm outras narrativas dentro de si. “Representa uma história dentro da história, assim como no meu trabalho, onde há vários objetos, uma escultura dentro da outra, sem um ponto definido”, conclui.

Essa é a oitava exposição individual de Ilca Barcellos e a quarta realizada em Florianópolis.



**TERMO**

“Mise en abyme”, que dá nome à mostra, significa inserir uma narrativa dentro de outra narrativa



DIVULGAÇÃO/CD



• **O quê:** Exposição “Mise en abyme”, de Ilca Barcellos  
• **Quando:** Abertura 24/4, 19h, visitação até 22/5  
• **Onde:** Fundação Cultural Badesc, rua Visconde de Ouro Preto, 216, Centro, Florianópolis  
• **Quanto:** Gratuito

**Contemporâneo.** Ilca Barcellos amplia o uso da cerâmica interagindo com materiais como tecido e poliéster, que resultam em obras volumétricas e disformes

## Notícias do Dia Economia

### “Internet com regras próprias”

Internet com regras próprias / Projeto de Lei 2.126-2011 / Dilma Rousseff / Marco Civil da Internet / Guilherme Coutinho / UFSC / Neutralidade / Privacidade / Ofensas na rede

18 | **Economia** | NOTÍCIAS DO DIA  
FLORIANÓPOLIS, QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2014

# Internet com regras próprias

## Marco Civil. Presidente sanciona lei que dá mais segurança para os dados na rede

**HYURY POTTER**  
hyurypotter@noticiasodia.com.br  
@hyurypotter\_ND

Foram quase três anos de discussões na Câmara, um mês no Senado e um dia na Presidência da República. Esse foi o caminho do projeto de lei 2.126/2011 até a sua sanção pela presidente Dilma Rousseff, na manhã de ontem. Semelhante à Constituição, o chamado de Marco Civil da Internet estabelece direitos e deveres de usuários e empresas fornecedoras de serviços dentro da rede mundial de computadores.

Na terça-feira, a oposição reclamou que a bancada governista no Senado acelerou o processo para que a presidente pudesse sancioná-lo na abertura do encontro global multissetorial sobre o futuro da governança da internet, o NET Mundial. O evento conta com a participação de mais de 80 países e acontece até sexta-feira em São Paulo.

Após assinar a sanção, a presidente começou o discurso de-

fendendo o respeito aos direitos humanos, à privacidade e à liberdade de expressão na internet. “Os direitos que as pessoas têm off-line também devem ser protegidos online”, afirmou.

Para especialistas, apesar da batalha política que se formou durante a discussão do projeto, a maneira como ele foi criado tornou-se determinante para a aprovação. “O Marco Civil começou a ser debatido ainda em 2009, em fóruns sobre o assunto. Qualquer pessoa com acesso à internet podia contribuir. Isso foi fantástico e inédito quando se fala na construção de uma lei”, afirmou o advogado Guilherme Coutinho, mestre pela UFSC e membro da comissão sobre Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Combate à Pirataria da OAB-SC.

Ele ainda destacou que a lei influenciará países que não têm regulamentação. “Hoje esse serviço é tão importante quanto abastecimento de água e energia”, afirmou. Apesar de estar publicada, a lei só passará a valer em 60 dias.



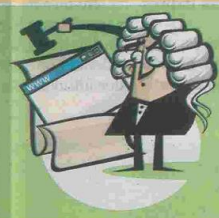
BRAZIL PHOTO PRESS/OLYMPIA/SIPA

**NET Mundial.** Durante evento, Dilma Rousseff defendeu a proteção e liberdade de expressão dos brasileiros

**SAIBA MAIS**  
O que muda a partir de agora

**O PROJETO**  
Estabelece direitos e deveres na web de usuários, governo, empresas de telecomunicações e páginas da Internet. Afeta, principalmente, os interesses de internautas, das operadoras de telefonia e de sites como UOL, Terra, Google e Facebook

**TRÂMITE**  
O texto chegou ao Congresso em 2011, mas só virou prioridade para o governo no ano passado, após as denúncias de que os EUA espionavam o Brasil



PRINCIPAIS PONTOS DA “CONSTITUIÇÃO” DA INTERNET



### NEUTRALIDADE

Operadoras podem apenas vender pacotes que limitem a quantidade de dados acessados e a velocidade da conexão, mas não podem discriminar conteúdo por tipo (vídeo, imagem, texto) nem por origem (sites de notícias, redes sociais, blogs), privilegiando o acesso ou derrubando a velocidade de conexão a um determinado serviço



### PRIVACIDADE

O registro dos serviços prestados deve ser armazenado tanto por operadoras (durante um ano) como por sites (seis meses). As informações devem ser sigilosas e só podem ser disponibilizadas mediante pedido da Justiça



### OFENSAS NA REDE

Um site não tem responsabilidade sobre o que usuários publicam nem pode ser punido por isso, exceto se descumprir ordem judicial para retirada de conteúdo. Em caso de conteúdo com nudez, porém, o site fica obrigado a removê-lo a pedido da pessoa envolvida, independente de determinação judicial

## Serviços mais claros e justos

Um dos pontos elogiados da lei é a garantia de neutralidade. O texto proíbe, por exemplo, que provedores reduzam a velocidade de conexão vendida. Na prática, evita que grandes empresas façam contratos de exclusividade e prejudiquem as menores. “Uma empresa de telefonia celular que oferece de graça o acesso a uma rede social pode diminuir propositalmente a conexão quando o usuário estiver conectado a uma rede social concorrente à anterior.

Isso está proibido”, explicou o advogado Guilherme Coutinho.

Porém, o artigo 9 do projeto de lei sofreu críticas por ser vago. Nele está previsto que “autoridades administrativas” podem requisitar dados cadastrais. “Essa questão precisa ficar mais clara, afinal, um político do interior pode usar isso para perseguir pessoas. Pelo que li, o projeto só passou dessa forma para que a presidente pudesse mostrá-lo no evento”, comentou o diretor da Vertical Telecom, Anilton Valverde.

## Data centers fora do texto

A obrigação para que empresas de internet mantenham centros de dados no Brasil ficou de fora da lei. Essa proposição foi uma das medidas do governo às denúncias de espionagem dos Estados Unidos. Entretanto, críticas de entidades

civis fizeram com que o texto saísse, a princípio, do Marco Civil da Internet. Segundo elas, a medida fragmentaria a rede. Empresas de tecnologia, por sua vez, justificaram que a obrigação traria custos altos e afastaria companhias do Brasil.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.